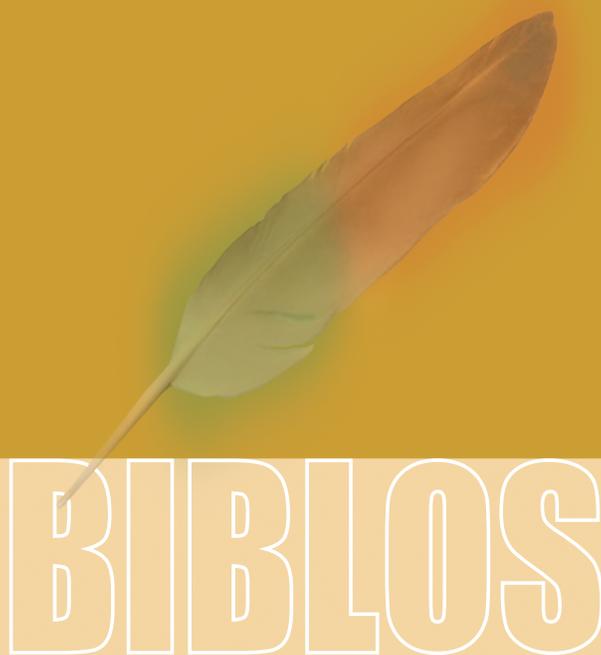


A República e as Letras



REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA*
DO HISTORIADOR JOHN G. A. POCOCK
(29 DE SETEMBRO DE 2010)

[APRESENTAÇÃO]

John A. G. Pocock é um dos universitários mais influentes das últimas décadas. Os seus trabalhos sobre pensamento político e republicanismo atlântico impuseram um novo entendimento sobre esses assuntos e, ao fazê-lo, obrigaram a uma profunda refundação do próprio pensamento democrático. No debate subsequente, que hoje prossegue, a obra de J. Pocock é de manejo incontornável, o que diz bem do grau de profundidade da sua investigação e, sobretudo, do respectivo grau de actualidade. Aspectos que justificam, com toda a certeza, a sua grande influência na reflexão histórico-política contemporânea, onde a sua obra, e em especial esse marco decisivo que é *The Machiavellian Moment*, de 1975, é pretexto para um diálogo sempre em aberto com expoentes do pensamento contemporâneo como Habermas, Rawls, Dworkin, McIntyre, Charles Taylor, Jon Elster. A esta luz se compreende todo o alcance das palavras com que, no estudo preliminar inserto na edição espanhola da citada obra, o Professor Eloy Garcia a definiu: “una propuesta de relectura tan revolucionaria que de hecho supone la condena por anacrónicas de bibliotecas enteras”.

A produção científica de J. Pocock caracteriza-se pela sua abrangência – disciplinar, espacial e temática. Disciplinar, desde logo, dado que situada no cruzamento da história e da ciência política, mas com efeitos notórios, ainda, nas áreas do direito constitucional e da filosofia política. Espacial, também, porque os seus interesses rasgam horizontes geográficos (que são também cronológicos) que vão desde a Grécia e a Roma clássicas até à Europa moderna, do mesmo modo que do contexto britânico à Nova Zelândia e aos Estados Unidos. E abrangência temática, enfim, a qual está bem atestada no seu elenco de publicações (vejam-se, abaixo, os pontos 2.4.1. e 2.4.2.), espelho

de um esforço de complementaridade entre linhas de pesquisa e materiais de proveniência diversa sobre linguagem e discurso político, lei e constituição, republicanismo, ou historiografia. Comum a todas estas vertentes, uma mesma garantia de renovação das problemáticas, convicção bem sintetizada no elogio feito a John Pocock por ocasião do doutoramento *honoris causa* que lhe foi concedido pela Johns Hopkins University: “you have transformed our understanding of every subject you have touched”.

Uma capacidade de renovação que se explica. John Pocock é um dos expoentes de um momento tão decisivo de “viragem” ou de questionamento do cânone de investigação histórica como foi, em meados do século passado, a chamada “Escola de Cambridge”, designação dada a uma dinâmica renovadora ao nível da história do pensamento político e que, nesta perspectiva, associa Pocock a nomes como Quentin Skinner, John Dunn ou Peter Laslett. E se é verdade que a preocupação de criar algo como uma nova metodologia é declaradamente estranha aos objectivos de Pocock, é porém unanimemente reconhecido, naquela mesma linha de renovação, o seu contributo para a fixação de um tipo de pesquisa genericamente definido como “contextualismo”, isto é, o estudo de „textos em contexto“, base para essa tarefa maior que é a descodificação dos textos políticos a partir do seu “contexto linguístico”. Assim entendida, a interpretação das “linguagens do discurso político” vigentes em determinado tempo histórico passa a corresponder menos à procura de um reflexo da sociedade concreta expresso nos discursos, do que ao reconhecimento dos discursos como acções – “actos de fala” – passíveis, portanto, de interferir sobre a própria conjuntura política de enquadramento e, nesse sentido, a requerer que o enfoque seja colocado nos respectivos usos pelos actores históricos.

É esta maneira de ver que é mobilizada por Pocock na altura de levar a cabo os seus estudos porventura mais marcantes, precisamente os relativos aos discursos do republicanismo atlântico, no âmbito dos quais procura juntar os fios de uma longa tradição do pensamento político tendencialmente desenvolvida em torno da noção de “humanismo cívico”, cujo trajecto e modulações procura acompanhar desde os fundamentos clássicos e renascentistas até à sua convocatória no contexto da Independência Americana. Um investimento historiográfico que lhe permite elucidar o lugar ocupado, no quadro

da tradição republicana, por conceitos tão nucleares do ideário político em estudo como são os de "legitimidade", "representação", "virtude", "corrupção" ou "fronteira". É pois com toda a naturalidade que a obra de Pocock ganha estatuto de referência, também, no relativo ao próprio debate sobre a teoria da democracia e sobre os modelos de legitimidade constitucional, bem como ao nível da polémica entre comunitarismo e contratualismo, e, por arrasto, ao nível da discussão sobre a reinvenção da política e sobre o correspondente grau de formalismo procedimental. Temas que empurram os estudos de John Pocock para a arena política, onde as suas concepções passam a instruir de modo significativo os argumentos em confronto. Não é, pois, por acaso que se tornou possível dizer, a propósito da obra de Pocock – di-lo, de facto, o já citado Eloy Garcia – que ela "possui um impacto equiparável à teoria da justiça de Rawls". Uma apreciação eloquente que diz bem da dimensão de todo um trajecto historiográfico que, independentemente da finura analítica e da capacidade de produzir as torsões metodológicas necessárias, retira, afinal, a sua pujança de um pressuposto de abertura ao debate de ideias que o próprio Pocock, na introdução ao seu livro *The Discovery of Islands*, entendeu por bem resumir: "There is no history which is not many-sided, and no reading to which there are not alternatives".

430

2. JOHN G. A. POCOCK - [CURRICULUM]

2.1. Formação

John Greville Agard Pocock nasceu em Londres, em 7 de Março de 1924. Tendo a sua família emigrado logo em seguida para a Nova Zelândia, aí fará os seus estudos básicos (Medbury School e Christ's College, Christchurch) e universitários (Canterbury University). Neste local assiste às lições de Karl Popper, então ali refugiado por ocasião da guerra mundial. Parte então para Cambridge (Inglaterra), onde, entre 1946 e 1952, prepara o seu doutoramento, que publica em 1957.

2.2. Percurso académico

2.2.1. Graus:

BA e MA, University of New Zealand, 1945-6;

PhD, Cambridge University, 1952;

Litt. D., University of Canterbury, 1973 [grau honorário];
Doctor of Humane Letters, Johns Hopkins University, 2004 [grau honorário]

2.2.2. Cargos:

Assistant lecturer in history, Canterbury University College, 1946-48;

Lecturer in history, University of Otago, 1953-56;

Research fellow, St. John's College, Cambridge, 1956-58;

Reader to professor of political science, University of Canterbury, 1959-65;

Professor of history and political science, Washington University in St. Louis, 1966-74;

Professor of history, Johns Hopkins University, 1974-94;

Harry C. Black emeritus professor, 1994-

Visiting appointments/fellowships:

Summer school professor, Department of History, Columbia University, 1964.

Visiting professor, Committee on Social Thought, University of Chicago, 1965.

American Council of Learned Societies Senior Fellowship, 1969.

Overseas Fellow, Churchill College, Cambridge, 1969.

Visiting Fellow, History of Ideas Unit, Australian National University, 1973.

Visiting lecturer, Department of History, University of Canterbury, 1973.

Summer school professor, Department of Political Science, University of Washington, 1973.

Fellow, Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington, DC, 1982.

Summer quarter visiting professor, Department of Political Science, University of California at San Diego, 1983.

Seminar director, Folger Shakespeare Library, Washington, DC, 1987, 1991.

Canterbury Fellow, University of Canterbury, 1988.

Fellow, Japan Society for the Promotion of Science, 1988.

Professore contrattato, Università degli Studi della Calabria, Italy, 1989.

Scholar in residence, Villa Spelman, Florence, 1989.

Andrew Mellon Visiting Professor, Tulane University, 1996.
Clark Visiting Professor, University of California at Los Angeles, 2002.

2.2.3. Sociedades Científicas

Royal Historical Society
American Academy of Arts and Sciences
American Philosophical Society
St. John's College, Cambridge (membro honorário, 2006)
American Society for Eighteenth-Century Studies (President, 1977-78)
Conference for the Study of Political Thought (membro do comité executivo, desde 1969; presidente, 1978-80, 1985-87)
Folger Institute Center for the History of British Political Thought

2.3. Prémios

De entre diversas distinções e prémios, quer de carreira, quer referentes a alguns dos seus trabalhos, salientam-se, entre os mais recentes: American Philosophical Society's Jacques Barzun Prize in Cultural History, 2000; Officer of the Order of New Zealand Merit, 2002; American Historical Association's Award for Scholarly Distinction, 2004.

2.4. Publicações

Em aproximadamente meio século de actividade académica, J. G. A. Pocock publicou mais de 20 monografias (elencam-se, em seguida, as suas obras em língua inglesa), traduzidas em vários idiomas (francês, italiano, alemão, húngaro, espanhol, português, japonês e chinês), bem como cerca de 250 artigos, distribuídos por aquelas que foram as suas temáticas de eleição (tal como mais abaixo se discrimina).

2.4.1. Monografias

The Ancient Constitution and the Feudal Law: a study of English Historical Thought in the Seventeenth Century (Cambridge University Press, 1957, rept. 1987)

The Maori and New Zealand Politics (Hamilton, Blackwood & Janet Paul, 1965) editor, co-autor

Politics, Language and Time: Essays on Political Thought and History (Chicago, 1989, rept. 1972)

- Obligation and Authority in Two English Revolutions: the Dr. W. E. Collins lecture delivered at the University on 17 May 1973* (Victoria University, 1973)
- The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition* (Princeton, 1975, rept. 2003)
- The Political Works of James Harrington* (Cambridge University Press, 1977) editor
- John Locke: papers read at a Clark Library Seminar, 10 December, 1977* (University of California, 1980) co-autor
- Three British Revolutions: 1641, 1688, 1776* (Princeton, 1980) editor, co-autor
- Virtue, Commerce and History: Essays on Political Thought and History Chiefly in the Eighteenth Century* (Cambridge University Press, 1985)
- Edmund Burke: Reflections on the Revolution in France* (Hackett, 1987) editor
- Conceptual Change and the Constitution* (University Press of Kansas, 1988) co-editor, co-autor
- James Harrington: The Commonwealth of Oceana and A System of Politics* (Cambridge University Press, 1992) editor
- The Varieties of British Political Thought 1500–1800* (Cambridge University Press, 1993) co-editor, co-autor
- Edward Gibbon: Bicentenary Essays* (Voltaire Foundation, 1997) co-editor
- Barbarism and Religion*, vol. 1: *The Enlightenments of Edward Gibbon, 1737–1764* (Cambridge University Press, 1999)
- Barbarism and Religion*, vol. 2: *Narratives of Civil Government* (Cambridge University Press, 1999)
- Barbarism and Religion*, vol. 3: *The First Decline and Fall* (Cambridge University Press, 2003)
- Barbarism and Religion*, vol. 4: *Barbarians, Savages and Empires* (Cambridge University Press, 2005)
- Barbarism and Religion*, vol. 5: *Religion: the First Triumph* (Cambridge University Press, no prelo)
- The Discovery of Islands: Essays in British History* (Cambridge University Press, 2005)
- Political Thought and History: Essays on Theory and Method* (Cambridge University Press, 2009)

2.4.2. Artigos

2.4.2.1. Linguagem Política

„The History of Political Thought: a Methodological Enquiry,“ *Philosophy, Politics and Society*, 2nd ser., eds. Peter Laslett; W. G. Runciman (New York: Barnes and Noble, Inc., 1962), p. 183-202.

“The Origins of Study of the Past: a Comparative Approach,” *Comparative Studies in Society and History* 4,2(1962), p. 209-246.

“Verbalizing a Political Act: Towards a Politics of Speech,” *Political Theory* 1,1(Feb. 1973), p. 27-45.

“On the Problem of Methodology: a Comment on Ashcraft,” *Political Theory* 3,3(Aug. 1975), p. 317-318.

“Reconstructing the Traditions: Quentin Skinner’s Historians’ History of Political Thought,” *Canadian Journal of Political and Social Theory* 3,3 (Fall 1979), p. 95-112.

“Political Ideas as Historical Events: Political Philosophers as Historical Actors,” *Political Theory and Political Education*, ed. Melvin Richter, (Princeton: 1980), p. 139-158.

“Political Theory, History, and Myth: a Salute to John Gunnell,” *Annals of Scholarship* 1,1(1980), p. 3-25.

“Virtues, Rights, and Manners: A Model for Historians of Political Thought,” *Political Theory* 9,3(Aug., 1981), p. 353-368. also in J. G. A. Pocock, *Virtue, Commerce and History: Essays on Political Thought and History Chiefly in the Eighteenth Century* (Cambridge University Press, 1985)

“Intentions, Traditions and Methods: some sounds on a foghorn,” *Annals of Scholarship* 1,4(1981), p. 57-62.

“The Reconstruction of Discourse: Towards the Historiography of Political Thought,” *MLN* 96,5(Dec. 1981), p. 959-980.

“Trading Traditions: a Report from the High Barbary,” *Annals of Scholarship* 3,3(1985), p. 103-111.

“A New Bark Up an Old Tree,” *Intellectual History Newsletter* 8(Apr. 1986), p. 3-9.

“Texts as Events: Reflections on the History of Political Thought,” in *Politics of Discourse: the Literature and History of Seventeenth-Century England*, eds. Kevin Sharpe; Steven N. Zwicker, (Los Angeles: Univ. of California Press, 1987), p. 21-34.

“The Concept of a Language and the *métier d’historien*: some considerations on practice,” in *The Languages of Political Theory in Early-modern Europe*, ed. Anthony Pagden (Cambridge, 1987), p. 19-38.

“What is Intellectual History?” in *What is History Today?* ed. Juliet Gardiner, (London : Macmillan, 1988), p. 114-116.

“From Languages to Pedagogy” (comment on Rebecca Bushnell, *From Books to Languages*), *Common Knowledge* 3,1(1994), p. 39.

“Concepts and Discourses: a difference in culture? Comment on a paper by Melvin Richter,” in *The meaning of historical terms and concepts: new studies on Begriffsgeschichte*, eds. Hartmut Lehmann; Melvin Richter, (Wash., DC : German Historical Institute, 1996), p. 47-58.

“Quentin Skinner: The History of Politics and the Politics of History,” *Common Knowledge* 10,3(Aug. 2004), p. 532-550.

“Propriety, Liberty and Valour: Ideology, Rhetoric and Speech in the 1628 Debates in the House of Commons,” in D. N. DeLuna, ed., listed below (2006), p. 231-260.

“Present at the Creation: with Laslett to the Lost Worlds,” *International Journal of Public Affairs* 2(2006), p. 7-17. [annual pub.]

“Theory in History: Problems of Context and Narrative,” chapter 8 of *The Oxford Handbook of Political Theory*, eds. John S. Dryzek et al. (Oxford, 2006), p. 163-174.

“Foundations and Moments,” chap. 3 in *Rethinking the Foundations of Modern Political Thought*, eds. Annabel Brett, James Tully with Holly Hamilton-Bleakley (Cambridge, 2006), p. 37-49.

“The History of British Political Thought: a Field and its Futures,” chap. 1 in *British Political Thought in History, Literature and Theory, 1500-1800*, ed. David Armitage (Cambridge, 2006), p. 10-19. co-authors: Gordon Schochet and Lois G. Schwoerer.

2.4.2.2. Pensamento político

„Interregnum: the *Oceana* of James Harrington,” chapter 6 in J. G. A. Pocock, *The Ancient Constitution and the Feudal Law: a study of English Historical Thought in the Seventeenth Century* (Cambridge University Press, 1957, rept. 1987)

“Machiavelli, Harrington, and English Political Ideologies in the Eighteenth Century,” *William and Mary Quarterly*, 3rd ser. 22,4(1965), p. 549-583.

“‘The Onely Politician’: Machiavelli, Harrington and Felix Raab.” *Historical Studies: Australia and New Zealand* 12,4(1966), p. 265-296.

“James Harrington and the Good Old Cause: a study of the ideological context of his writings,” *Journal of British Studies* 10(Nov. 1970), p. 30-48.

“Custom & Grace, Form & Matter: an Approach to Machiavelli’s Concept of Innovation,” in *Machiavelli and the Nature of Political Thought*, ed. Martin Fleisher. (New York : Atheneum, 1972), p. 153-184.

“Prophet and Inquisitor: Or, a Church Built upon Bayonets Cannot Stand: A Comment on Mansfield’s ‘Strauss’s Machiavelli’,” *Political Theory* 3,4(Nov. 1975), p. 385-401.

“Historical Introduction,” *The Political Works of James Harrington* (Cambridge, 1977), p. 1-152.

“Contexts for the Study of James Harrington,” *Il Pensiero Politico* 11,1(1978), p. 20-35.

“Machiavelli and Guicciardini: Ancients and Moderns,” *Canadian Journal of Political and Social Theory* 2,3 (Fall 1978), p. 93-109.

“The Machiavellian Moment Revisited: A Study in History and Ideology,” *Journal of Modern History* 53 (March 1981), p. 49-72.

“Machiavelli and the Liberal Cosmos,” *Political Theory* 13,4 (Nov. 1985), p. 559-574.

“Preface” and “Introduction,” James Harrington: *The Commonwealth of Oceana and a System of Politics* (Cambridge, 1992), p. vi-xxvi.

“Machiavelli and the Rethinking of History,” *Il Pensiero Politico* 27,2(1994), p. 215-230.

“Afterword,” *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition* (Princeton, 2003 ed.), p. 553-583.

2.4.2.3. América

„Virtue and Commerce in the Eighteenth Century“ (Review of Wood, Gordon: *Creation of the American Republic*; Stourzh, Gerald: *Alexander Hamilton and the Idea of Republican Government*), *Journal of Interdisciplinary History* 3(Summer, 1972), p. 119-134.

“1776: the Revolution against Parliament,” in J. G. A. Pocock, *Three British Revolutions: 1641, 1688, 1776* (Princeton, 1980), p. 265-288.

“English and European Political Inheritance,” *Encyclopedia of*

American Political History: Studies of the Principal Movements and Ideas, vol. 2, ed. Jack P. Greene. (New York : Chas. Scribner's Sons, 1984), p. 513-534.

"The Influence of British Political Thought on the American Constitution: Magna Carta in Context," in *The Blessings of Liberty: Bicentennial Lectures at the National Archives*, eds. Robert S. Peck; Ralph S. Pollock. (Chicago : American Bar Association, 1985), p. 11-19.

"Hume and the American Revolution: the dying thoughts of a North Briton," in J. G. A. Pocock, *Virtue, Commerce and History: Essays on Political Thought and History Chiefly in the Eighteenth Century* (Cambridge University Press, 1985).

"Between Gog and Magog: the Republican Thesis and the 'Ideologia Americana'," *Journal of the History of Ideas* 48,2(1987), p. 325-346.

"States, Republics and Empires: The American Founding in Early Modern Perspective," *Social Science Quarterly* 68,4(Dec. 1987), p. 703-723.

"Introduction," in J. G. A. Pocock, *Conceptual Change and the Constitution* (University Press of Kansas, 1988).

"The Book Most Misunderstood Since the Bible: John Adams and the Confusion about Aristocracy," *Fra Toscana e Stati Uniti: il Discorso Politico nell' Eta della Costituzione Americana: atti del convegno: Pensiero politico toscano e pensiero politico-istituzionale americano* (Florence, 1989), p. 181-201.

"Enlightenment and revolution: the case of English-speaking North America," *Transactions of the Seventh International Congress on the Enlightenment*, vol. 1, (Voltaire Foundation, 1989), p. 249-261.

"The Idea of Constitutionalism," in *Constitutionalism: the American experiment in wider perspective*. (Cambridge, Mass. : Harvard Law School, 1989).

"Review of Kramnick, Isaac: Republicanism and Bourgeois Radicalism: Political Ideology in Late Eighteenth-Century England and America," *Eighteenth Century Studies* 25,2(1991), p. 219-227.

"Empire, State and Confederation: the War of American Independence as a Crisis in Multiple Monarchy," (1995) in J. G. A. Pocock, *The Discovery of Islands: Essays in British History* (Cambridge University Press, 2005).

“Empire, revolution and an end of early modernity,” in J. G. A. Pocock, *The Varieties of British Political Thought 1500–1800* (Cambridge University Press, 1993).

“Religious Freedom and the Desacralization of Politics: from the English Civil Wars to the Virginia Statute,” in *The Virginia Statute for Religious Freedom: its Evolution and Consequences in American History*, eds. Merrill D. Peterson; Robert C. Vaughan. (Cambridge, 1998), p. 43-73.

“America’s Foundations, Foundationalisms and Fundamentalisms,” *Orbis* 48,1(Winter, 2004), p. 37-44

“The American Founding,” in *Approaches to Political Thought*, ed. William L. Richter (Lanham, MD : Rowman and Littlefield, 2009), p. 173-78.

2.4.2.4. História da história

“Between Machiavelli and Hume: Gibbon as Civic Humanist and Philosophical Historian,” *Daedalus* 105,3(1976), p. 153-169.

“Gibbon’s Decline and Fall and the World View of the Late Enlightenment,” *Eighteenth Century Studies* 10,3(1977), p. 287-303.

“Gibbon and the Shepherds: the Stages of Society in the Decline and Fall,” *History of European Ideas* 2,3(1981), p. 193-202.

“Superstition and Enthusiasm in Gibbon’s History of Religion,” *Eighteenth Century Life* 8,1(1982), 83-94.

“Review of Gossman, Lionel: The Empire Unpossess’d: an Essay on Gibbon’s Decline and Fall,” *History of European Ideas* 4,2(1983), p. 223-225.

“Edward Gibbon in History: Aspects of the Text in ‘The History of the Decline and Fall of the Roman Empire’,” in *The Tanner Lectures on Human Values*, vol. XI, ed. Grethe B. Petersen. (Salt Lake City : Univ. of Utah Press, 1988), p. 289-364.

“Gibbon and the Idol Fo: Chinese and Christian History in the Enlightenment,” in *Sceptics, Millenarians and Jews*, eds. David S. Katz, Jonathan Israel. (Leiden : E.J. Brill, 1990), p. 15-34.

“Review of Womersley, David: The Transformation of the Decline and Fall of the Roman Empire,” *Eighteenth-Century Studies* 23,3(Spring 1990), p. 318-322.

“Tangata Whenua and Enlightenment Anthropology,” in J. G. A.

Pocock, *The Discovery of Islands: Essays in British History* (Cambridge University Press, 2005).

“Classical and Civil History: the Transformation of Humanism,” *Cromohs* 1(1996), p. 1-34.

“Gibbon and the Primitive Church,” in *History, Religion and Culture: British Intellectual History 1750-1950*, eds. Stefan Collini, Richard Whatmore, Brian Young. (Cambridge, 2000), p. 48-68.

“The ‘Outlines of the History of the World’: a Problematic Essay by Edward Gibbon,” in *Historians and Ideologies: essays in honor of Donald R. Kelley*, eds. Anthony Grafton; J.H.M. Salmon. (Rochester, N.Y.: Univ. of Rochester Press, 2001), p. 211-230.

“The Ironist” (Review of Womersley, David: Gibbon and ‘The Watchmen of the Holy City’: the Historian and his Reputation 1776-1815). *London Review of Books* 24,22(14-Nov, 2002), p. 13-17.

“Gibbon and the History of Heresy,” in *Histories of Heresy in Early Modern Europe: For, Against, and Beyond Persecution and Toleration*, ed. John Christian Laursen. (New York : Palgrave Macmillan Pubs., 2002), p. 205-220.

“Edward Gibbon and Clerical Scholarship,” in *The Making of Marsh’s Library: learning, politics and religion in Ireland, 1650-1750*, eds. Muriel McCarthy; Ann Simmons. (Dublin; Portland, Oreg. : Four Courts Press, Dec. 2004), p. 32-40.

“Perceptions of Modernity in Early Modern Historical Thinking,” *Intellectual History Review* 17,1(2007), p. 55-63.

“Historiography and Enlightenment: a View of their History,” *Modern Intellectual History* 5(2008), p. 83-96.

“Gibbon and the Invention of Gibbon: Chapters 15 and 16 Reconsidered,” *History of European Ideas* 35(2009), 209-216.

2.4.2.5. Nova Zelândia

“Introduction,” in Pocock, ed., *The Maori and New Zealand Politics* (Hamilton, Blackwood & Janet Paul, 1965).

“The History and Historiography of New Zealand Universities,” *New Zealand Journal of Educational Studies* 8,2(1973), p. 177-187.

“History and Sovereignty: The Historiographical Response to Europeanization in Two British Cultures,” *Journal of British Studies* 30(Oct. 1992), p. 358-389.

“Removal from the Wings” (Review of Belich, James: Making Peoples: a History of the New Zealanders from Polynesian Settlement to the End of the Nineteenth Century), *London Review of Books* 19,6 (March 20, 1997), p. 12-13.

“Asia and the Pacific” (a second review of Belich [above]), *The Historian* 60,4 (Summer 1998), p. 884-886.

“Waitangi as Mystery of State: Consequences of the Ascription of Federative Capacity to the Maori,” in *Political Theory and the Rights of Indigenous Peoples*, eds. Duncan Invison et al. (Cambridge, 2000), p. 25-35.

“The Treaty between Histories,” in *History, Power and Loss: uses of the past--a New Zealand commentary*, eds., Andrew Sharp, et al. (Wellington, N.Z. : Bridget Williams Books, 2001), 75-95.

“The Uniqueness of Aotearoa,” *Proceedings of the American Philosophical Society* 145,4 (Dec. 2001), 482-487.

“The Antipodean Perception,” in J. G. A. Pocock, *The Discovery of Islands: Essays in British History* (Cambridge University Press, 2005).

“Law, Sovereignty and History in a Divided Culture: the case of New Zealand and the Treaty of Waitangi,” in J. G. A. Pocock, *The Discovery of Islands: Essays in British History* (Cambridge University Press, 2005) [orig publ in 1992].

“Tangata Whenua and Enlightenment Anthropology,” in J. G. A. Pocock, *The Discovery of Islands: Essays in British History* (Cambridge University Press, 2005) [orig publ in 1991].

3. JOHN G. A. POCOCK - [PROPOSTA]

Tanto as considerações iniciais sobre o trajecto académico do Professor J. G. A. Pocock (veja-se o ponto 1.), como o elenco da sua produção científica oferecido no ponto anterior (veja-se o ponto 2.), não deixam dúvidas sobre a centralidade deste historiador no denso tráfego das ciências humanas, sociais e políticas. A sua dimensão de vulto intelectual na esfera do pensamento político do último meio século e o lugar marcante da sua obra não apenas no campo historiográfico mas

também no quadro dos debates emergentes na contemporaneidade falam por si. Aspectos mais do que suficientes para justificar a proposta de atribuição do grau de doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra. Acrescem, ainda assim, outros elementos que igualmente abonam a referida proposta.

Um deles é o de que John Pocock é um autor estudado e referenciado na Universidade de Coimbra. No âmbito de distintas Faculdades, de resto. Se, como seria expectável em atenção às temáticas em causa, o universo pocockiano tem sido acolhido sobretudo por diversos historiadores da área da história das ideias, da história dos conceitos ou da história da história, ou ainda no decurso de investigações sobre pensamento político ou teoria da democracia (tendo mesmo o “Programa de Doutoramento em Altos Estudos Contemporâneos – História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos” promovido, em diversos seminários, uma leitura crítica da obra de Pocock) é de assinalar de igual modo a sua recepção em sede de direito constitucional, onde a obra pocockiana e o “momento maquiavélico” têm merecido a atenção, por exemplo, do Professor Gomes Canotilho. Os exemplos poderiam alargar-se, na certeza seguinte: a concessão do título, partindo embora de um Departamento e Faculdade específicos – e, logo aí, constituindo poderoso instrumento de reforço dos contactos e linhas de pesquisa que, no seguimento de uma cerimónia deste teor, sempre se desenvolvem – pode legitimamente mobilizar, também, um entusiasmo e uma participação compagináveis com a escala mais ampla de toda a Universidade.

Igualmente decisivo se revela um argumento de natureza estratégico, a saber: o da coincidência entre, por um lado, o centenário da República que se comemora este ano em Portugal, e, por outro, as principais temáticas investigadas por J. Pocock, nomeadamente as referentes às tradições do pensamento político republicano e ao chamado “republicanismo atlântico”. Uma coincidência que, nesta perspectiva, fazendo da concessão do título de doutor *honoris causa* a John Pocock uma questão de oportunidade, sedimenta ainda mais a justeza da atribuição e, sobretudo, permite fazer da correspondente cerimónia um momento relevante, também, das actuais reflexões sobre a República e o ideal republicano em que, a diversos títulos já, a Universidade de Coimbra está empenhada.

O derradeiro argumento, que, em bom rigor, a força dos anteriores dispensaria, é de cariz mais clássico em justificativos desta natureza, ainda que nem por isso de menor substância. Trata-se da manifesta vantagem que constitui, para uma Universidade, poder contar entre os seus membros com figuras do recorte da que aqui se elogia. Pelo acréscimo de prestígio que daí advém, mas, não menos, pelo sinal que é dado, através da concessão de um título como este, à comunidade em que a instituição universitária se insere. Uma opção que remete, forçosamente, para a personalidade do novo doutor. Deste ponto de vista, a concessão do doutoramento *honoris causa* a John Greville Agard Pocock, Professor *Emeritus* da Johns Hopkins University, também constituirá uma veemente expressão da vontade da Universidade de Coimbra em acolher um entendimento da pesquisa como compromisso sempre rigoroso e sempre renovado para com os desafios que cada momento histórico coloca.

Os Proponentes

Fernando Catroga

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Rui Cunha Martins

Breve e Elegante Oração de John G. A. Pocock

It is a high honor to find myself here as a guest of this ancient University. The degree you are about to confer upon me is one in the *Jus Gentium*, or law of nations, which I selected when offered the choice although my research into history has had less to do with the relations between nations than with those between citizens in the nation or republic. I made that choice for the obvious reason that we live in a world where peoples - gentes - meet but do not always mingle with each other, both within states and between them, and this has reached a point where we must ask whether either the state or the nation can survive.

In New Zealand, where I grew up, we are re-negotiating the relations between two “gentes”: the Maori people who arrived by sea a thousand years ago, and a settler people who have been arriving for the

last two hundred years. If we succeed we shall be a nation state, composed of two nations.

When I lived in New Zealand, I taught for some time at the University of Otago, which I believed to be the southernmost university on the planet, until I found another in higher latitudes still, at Punta Arenas in Chile, which bears the name of Fernando Magellanes. There have been great Portuguese marinheiros, as there were Polynesians before and other Europeans after them, who defied Alastor and sailed into unknown seas, bringing both good and evil, together with the laws of war and peace, which we hope will continue to maintain the “jus gentium” and renew the laws of civil society.

This is a time of great dangers and great experiments, which renders it more than ever an honor to receive the degree which I understand you are now prepared to confer upon me.

Discurso de Elogio do Doutorando John G. A. Pocock

proferido pelo

Professor Doutor Rui Cunha Martins
Universidade de Coimbra

Magnífico Reitor Cancelário,
Senhor Presidente do Conselho Geral
Senhor Director da Faculdade de Letras,
Excelentíssimas Autoridades Académicas, Civis, Militares e Religiosas,
Sapientíssimos Doutores,
Ilustres Assistentes, Leitores e Investigadores,
Caros Estudantes,
Prezados Funcionários,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores.

Há algo na produção intelectual de John Pocock que me parece não ter sido ainda suficientemente formulado. Importa fazê-lo. Porque esse não dito corresponderá ao seu traço porventura mais marcante, aquele que rasga toda a sua obra e que nela define tanto o rumo de cada pesquisa quanto o fundamento de cada diagnóstico: refiro-me a uma profunda recusa do unanimismo (ousa dizer: uma intrínseca recusa de toda e qualquer forma do pensamento único).

Que o modo como se expressa na sua obra essa recusa esteja longe de produzir consensos, não deve espantar-nos. Afinal, é o preço a pagar por quem aceita trabalhar os materiais em perspectiva multidimensional. Ora, John Pocock é um historiador particularmente atento aos contrários, à possibilidade de diferentes leituras e, sobretudo, à inevitabilidade do respectivo convívio, da respectiva concorrência, e, por conseguinte, do respectivo cotejo. Ele é, de certa forma, um historiador da razão plural. Não porque esta lhe apareça como matéria de celebração (aspecto em tudo distante dos seus horizontes compreensivos), mas porque esta se lhe apresenta como a matéria constitutiva de qualquer produção de sentido, o que, no caso concreto do pensamento político, justifica uma exigência: a de que toda e qualquer razão discursiva em presença seja obrigada à exibição das várias versões que ela esconde ou agrega. Em absoluto rigor, a obra de John Pocock pode ser lida como uma firme operação de despistagem sobre o discurso político emergente em cada época histórica. Se é certo que toma por objecto preferencial os momentos de estabilização das ideias e das linguagens, não é menos certo que o faz para neles surpreender a permanente tensão entre, de um lado, esse pensamento histórica ou historiograficamente vencedor, e, de outro, os pensamentos que em dada conjuntura lhe foram alternativos e que, quais fracturas expostas, seguem vigentes nessa mesma condição de possibilidade incumprida. Fatalmente, o passado tem futuros. O que fazer deles? O que fazem as sociedades políticas com eles? O que muda no modo como o fazem? Qual o reconhecimento da historicidade destes processos? Qual a estima social – portanto cívica – destes mecanismos? Reunidos que estamos, hoje, a pretexto do Professor John Pocock, é pois com este horizonte de perguntas que nos defrontamos. Sugiro que as equacionemos no âmbito das duas problemáticas mais celebradas da obra de John Pocock: a questão historiográfica e a questão republicana.

Vejamos a primeira, relativa à historiografia. A questão basilar, aqui, é portanto a seguinte: de que modo a prática historiográfica surge marcada, na visão pocockiana, pela presença da multi-dimensionalidade?

Desde logo, pela assunção do carácter irremediavelmente complexo da prática historiográfica, a começar pelo da sua própria obra, a qual – di-lo-á ele mesmo – “apresenta uma história não só complexa mas por vezes até contraditória, na medida em que narra tanto as controvérsias e interações entre sistemas de crenças opostos como, mais do que isso, as ambivalências e auto-questionamentos produzidos pelos próprios actores históricos”. Uma estética que se compagina, conforme sustenta de forma explícita, com a sua convicção de que “clarificar é muito mais uma questão de trazer à luz as complexidades do que tentar simplificá-las”.

Melhor se compreende, com base em pressupostos deste teor, uma ideia forte do discurso pocockiano, a saber: a investigação histórica é naturalmente anti-paradigmática. Nem sempre esta ideia se revelou clara para John Pocock. Conforme ele mesmo recorda no importante prefácio ao seu mais recente livro do âmbito da teoria da história, *Political Thought and History. Essays on Theory and Method*, publicado em 2009, a aplicação ao campo historiográfico do conceito de “paradigma”, tal como veiculado por Thomas Khun, apareceu-lhe em dada altura como viável, mormente para efeitos da sua pesquisa sobre aparecimento, transformação e desaparecimento das “linguagens políticas”. Contudo, por alturas de inícios da década de 70 do século passado essa atracção intelectual cessara e a consciência de uma desadequação estava já clara. Eis o motivo, aliás avançado pelo próprio: é que, diferentemente do que possa passar-se com as comunidades de pesquisa científica, “as comunidades políticas operam no âmbito de uma tamanha multiplicidade de situações-problema que nenhum “paradigma” pode aspirar a excluir ou omitir as respectivas alternativas”; mais ainda, ao nível do que pode apelidar-se de dimensão propriamente “histórica” da realidade, vários paradigmas co-existem e competem entre si; em suma, “a investigação histórica é anti-paradigmática, no sentido que ela multiplica (isto é, não reduz) as situações-problema, as contingências e contextos próprios de qualquer momento histórico considerado”.

Mais bem apetrechados estamos agora para compreender o contributo de Pocock no relativo ao segundo núcleo temático que atrás isolámos da sua obra, a questão do republicanismo. Porque o facto é que, também a este nível, a chancela da novidade que se colou à sua obra arranca daquela mesma pré-compreensão do mundo e da política como expressões multi-dimensionais, ou, talvez melhor dito, poliédricas (expressão que, aliás, vincula o trajecto pocockiano ao do seu padrinho nesta cerimónia, o Professor Fernando Catroga, em quem de igual modo se reconhece um particular acolhimento do conceito em sede de teoria da história).

E o que fazem, afinal, o historiador John Pocock, o cientista político John Pocock e o cidadão “atlântico” John Pocock, nos seus estudos sobre o republicanismo e em especial na sua obra maior que é *The Machiavellian Moment*, de 1975? Basicamente, procuram (cada um deles e todos à uma) juntar os fios de uma longa tradição do pensamento político tendencialmente desenvolvida em torno da noção de “humanismo cívico”, cujo trajecto e modulações Pocock procura acompanhar desde os fundamentos clássicos e renascentistas até à sua convocatória no contexto da Independência Americana. Um investimento historiográfico que lhe permite elucidar o lugar ocupado, no quadro da tradição republicana, por conceitos tão nucleares do ideário político em estudo como são os de “legitimidade”, “representação”, “fortuna”, “virtude”, “corrupção” ou “fronteira”.

Não é pouco, com certeza que não; mas acresce, com particular relevo, o *modo* como o faz. Pocock não se limita à detecção dos elementos republicanos nos contextos florentino, inglês e americano estudados; ele busca mais; o seu intuito é perceber de que modo esses elementos participam, se opõem ou se destacam no confronto com os outros reportórios ideológicos e políticos igualmente presentes, mormente no confronto com os elementos arrumados pelo património liberal em torno de John Locke e que, até à obra pocockiana, gozavam do imerecido estatuto de reportório explicativo dominante. É por tudo isto (e cito-o) que “o *Momento Maquiavélico* deve ser lido como a história da dialéctica entre a República e as suas alternativas”. A convivência dos vários possíveis, portanto. Uma vez mais. Será, de resto, a partir dessa mesma obsessão principiológica que ele sustentará, com invulgar insistência, o ponto nevrálgico do seu estudo, o qual, numa síntese

talvez demasiado pragmática, me permito resumir nos termos seguintes: não há trajecto nem espírito republicanos captáveis ou alcançáveis apenas ao nível do jurídico-político, já para não dizer que semelhante limitação torna inviável o desdobramento do espírito republicano em espírito cívico.

É à luz desta visão que devem ler-se as páginas de *O Momento Maquiavélico* dedicadas à discussão sobre liberdade positiva e liberdade negativa (merecendo nota de destaque a sua reapreciação dos postulados de um Isaiah Berlin a este respeito), ou sobre valores antigos e valores modernos (cuja dialéctica estrutura, para Pocock, a possibilidade de emergência do “novo” e do próprio “acontecimento”), ou, sobretudo, sobre a disputa “surda” entre *direito* e *virtude* no quadro do republicanismo atlântico. Se é verdade que, a crer na sua denúncia, “a história do pensamento político foi durante tanto tempo escrita em termos da triádica autoridade da filosofia, do direito e da jurisprudência que isso originou uma profunda relutância em admitir a presença de uma quarta voz no debate”, nem por isso pode escamotear-se, em seu entender, que “as noções de “direito” e “virtude” não podem ser reduzidas a um significado comum”, e que, por consequência, é o modo de incorporação da noção de *virtus* por parte de cada tradição republicana que acaba por ditar o efectivo recorte político – e, no seguimento, o próprio recorte democrático – de cada momento maquiavélico.

As consequências destas aproximações são de vária ordem.

Em primeiro lugar, convidam a colocar sob suspeita todos os essencialismos de ancoragem historiográfica em torno de tradições políticas tidas por fundantes do património identitário de dada comunidade e com isso roubadas à possibilidade do seu confronto com as tradições um dia por ela derrotadas ou nela subsumidas. Uma leitura não essencialista e, donde, não impolutamente liberal, dos Founding Fathers americanos, doravante entendidos como o produto de um confronto de discursos, é resultado que pode sem esforço atribuir-se à investigação de Pocock.

Em segundo lugar, essa mesma investigação convida a colocar sob suspeita, também, os próprios fundamentalismos demo-republicanos erguidos em torno de uma mera consumação da política e do republicanismo nos termos de lógicas normativistas. E se é verdade que uma leitura abusiva desta ideia pode conduzir a uma obliteração apressada

dos méritos do normativismo constitucional (advertência aliás já feita pelo Professor Gomes Canotilho em comentário recente à obra pocockiana), não deixa de poder reconhecer-se – sobremaneira em tempos, como os actuais, em que o debate sobre a *res publica* parece ganhar um novo fulgor crítico – que a presença do ideário republicano na batalha democrática só será efectiva na medida em que conseguir participar dos debates subtraídos ao desenlace normativo. Ou, pelo menos, para o dizer com maior precisão, na medida em que souber descortinar as escalas de referencialidade pertinentes da normatividade contemporânea. Mas que escalas podem ser essas num mundo propensamente pós-soberanista?

A resposta de Pocock é complexa. Uma coisa se percebe. Se pouco lhe atraem as virtudes da escala global – e do que ele chama esse “segundo iluminismo”, agora destinado a matar não já o sagrado mas o self distintivo de cada história individual – tão pouco o seduzem as recuperações de tradições comunitaristas, reificadoras da bondade do “local”, e, sobremaneira, das virtualidades de um localismo em que o valor “identidade” se substituiria ao valor “história”. É que, para Pocock, “ter uma história é mais importante do que ter uma identidade”. Do mesmo modo que a ideia de cidadania surge nele afivelada à de comunidade histórica.

Qual a fortuna desta visão num mundo que se apresenta, hoje, de modo irrecusável, em termos de multi-contextualidade e de multi-culturalidade e que, por conseguinte, coloca hoje sob suspeita aquela tradicional associação entre história e cidadania? Porque seria de todo irónico que o historiador da razão plural se visse enredado na teia compreensiva dos seus próprios argumentos, subitamente cansado de descortinar as novas formas de essa razão se apresentar, é de todo expectável que o próprio John Pocock acolha como problema este desafio da actualidade e procure projectá-lo nos desafios emergentes do seu próprio trabalho. Estou mesmo em crer que, se ele não o fizer, outros não deixarão de o fazer. Porque obras como a de Pocock estão condenadas àquele momento dramático que é em simultâneo o da sua glória, qual seja o momento a partir do qual a obra deixa de pertencer ao seu criador e se prolonga, para lá dele e independentemente da sua vontade, rumo a areópagos imprevistos. É um momento denso, que se reparte em vários momentos e se afirma de modo gradual. Espesso e faseado, tal como um momento maquiavélico. Só os investigadores de elevada estirpe têm o seu.

Minhas Senhoras, Meus Senhores. Reúne-se este claustro na expectativa de honrar com o título de doutor *Honoris Causa* o Senhor Professor John G. A. Pocock. Uma distinção em boa hora proposta pela Faculdade de Letras desta Universidade à aprovação do respectivo Senado: o doutorando é, com efeito, um dos universitários mais influentes das últimas décadas. As suas referidas análises sobre pensamento político e republicanismo atlântico impuseram um novo entendimento sobre esses assuntos e, ao fazê-lo, obrigaram a uma profunda refundação do próprio pensamento democrático. No debate subsequente, que hoje prossegue, a obra de J. Pocock é de manejo incontornável, o que diz bem do grau de profundidade da sua investigação e, sobretudo, do respectivo grau de actualidade. Aspectos que justificam, com toda a certeza, a sua grande influência na reflexão histórico-política contemporânea, onde a sua obra, e em especial esse marco decisivo que constitui o citado *The Machiavellian Moment*, de 1975, é pretexto para um diálogo sempre em aberto com expoentes do pensamento contemporâneo como Habermas, Rawls, Dworkin, McIntyre, Charles Taylor, Jon Elster. A esta luz se compreende todo o alcance das palavras com que, no estudo preliminar inserto na edição espanhola da citada obra, o Professor Eloy Garcia a definiu: uma proposta de releitura tão revolucionária que de facto pressupõe a condenação ao anacronismo de bibliotecas inteiras”.

O trajecto universitário de John Pocock está marcado por uma salutar dispersão. De instituições, desde logo. Seja em virtude da sua própria formação académica, seja por via da sua incorporação orgânica em corpos docentes de distintas sedes de ensino superior, seja ainda em resultado da sua regular participação em actividades intelectuais promovidas em contexto universitário ou em variados areópagos de discussão pública, o seu nome está ligado a um painel de reputadas instituições: sirvam de exemplo a University of New Zealand (que referencia um período seminal da sua carreira), a University of Canterbury (onde assiste às lições de Karl Popper, então ali refugiado por ocasião da guerra mundial); a Cambridge University, (onde, entre 1946 e 1952, prepara o seu doutoramento, que publicará em 1957, sob o título *The Ancient Constitution and the Feudal Law. A Study of English Historical Thought in the Seventeenth Century*); ou a sua Johns Hopkins University (da qual é Professor Honorário). A estas haverá que juntar as muitas universidades de que foi professor visitante – casos da

Columbia University, da University of Chicago, da Australian National University, da University of Washington, da University of California at Los Angeles, ou da Università degli Studi della Calábria – bem como o leque de sociedades científicas que, no reconhecimento do seu mérito, tiveram por bem acolhê-lo como membro: Royal Historical Society; American Academy of Arts and Sciences; American Philosophical Society; St. John’s College de Cambridge (de que é membro honorário, desde 2006); American Society for Eighteenth-Century Studies (de que foi Presidente, entre 1977-78); Conference for the Study of Political Thought (a que igualmente presidiu, nos períodos de 1978-80 e de 1985-87); e, mais recentemente, Folger Institute Center for the History of British Political Thought.

Também a produção científica de J. Pocock se caracteriza pela sua abrangência disciplinar, espacial e temática. Disciplinar, desde logo, dado que situada no cruzamento da história e da ciência política, mas com efeitos notórios, ainda, nas áreas do direito constitucional e da filosofia política. Espacial, também, porque os seus interesses rasgam horizontes geográficos (que são também cronológicos) que vão desde a Grécia e a Roma clássicas até à Europa moderna, do mesmo modo que do contexto britânico à Nova Zelândia e aos Estados Unidos. E abrangência temática, enfim, a qual está bem atestada no seu vasto elenco de publicações, espelho de um esforço de complementaridade entre linhas de pesquisa e materiais de proveniência diversa sobre linguagem e discurso político, lei e constituição, republicanismo, ou historiografia.

Comum a todas estas vertentes, uma mesma garantia de renovação das problemáticas, convicção bem sintetizada no elogio feito a John Pocock por ocasião do doutoramento *honoris causa* que lhe foi concedido pela Johns Hopkins University: “O Senhor transformou o nosso entendimento em relação a todo o assunto em que tocou”. E, com efeito, a impressão com que se fica é a de que tudo no trajecto intelectual de John Pocock resulta de uma salutar preocupação em desordenar de novo determinados materiais e pré-compreensões que haviam sido roubados à crítica e enquistados enquanto senso comum historiográfico, jurídico, ou político, para os devolver à pesquisa e ao debate. Uma preocupação que só pode encontrar resposta no quadro de uma permanente disponibilidade para uma revisão dos textos e teses produzidos

pelo próprio. John Pocock sabe-o. Por isso, a sua produção científica apresenta-se como uma sucessão de grelhas de inquéritos e perguntas sucessivamente reformuladas, em que cada nova investigação se concebe como possibilidade de olhar de novo – o que, para o perspectivismo de Pocock equivale a olhar de um diferente prisma – os materiais entretanto já conhecidos mas nunca devidamente esclarecidos em todo o seu potencial de novidade e de abertura ao inesperado. Assim se explica, por exemplo, que muitas das problemáticas desenvolvidas em 1975 em *The Machiavelian Moment* (designadamente os aspectos relativos à dialéctica entre valores “antigos” e “modernos” e às declinações políticas do conceito de liberdade) sejam retomadas, dez anos depois, em *Virtue, Commerce and History*, prolongando-se posteriormente (desde 1999 até ao presente) nos sucessivos volumes de *Barbarism and Religion*, onde de novo são sujeitas a esse verdadeiro filtro revisor que é a análise histórica pocockiana.

É plausível que as valências assim descritas sejam indissociáveis de determinado referencial metodológico, mesmo se nem sempre mobilizado com idêntico grau de determinação. John Pocock, convém não esquecer, participou de um momento tão decisivo de “viragem” ou de questionamento do cânone de investigação histórica como foi, em meados do século passado, a chamada “Escola de Cambridge”, designação dada a uma dinâmica renovadora ao nível da história do pensamento político e que, nesta perspectiva, associa Pocock a nomes como Quentin Skinner, John Dunn ou Peter Laslett. E se é verdade que a preocupação de criar algo como uma nova metodologia é declaradamente estranha aos objectivos de Pocock, é porém unanimemente reconhecido, naquela mesma linha de renovação, o seu contributo para a fixação de um tipo de pesquisa genericamente definido como “contextualismo”, isto é, o estudo de „textos em contexto“, base para essa tarefa maior que é a descodificação dos textos políticos a partir do seu “contexto linguístico”. Assim entendida, a interpretação das “linguagens do discurso político” vigentes em determinado tempo histórico passa a corresponder menos à procura de um reflexo da sociedade concreta expresso nos discursos, do que ao reconhecimento dos discursos como acções – “speech acts” – passíveis, portanto, de interferir sobre a própria conjuntura política de enquadramento e, nesse sentido, a requerer que o enfoque seja colocado nos respectivos usos pelos actores históricos.

452

É esta maneira de ver que é mobilizada por Pocock na altura de levar a cabo os seus estudos porventura mais marcantes, precisamente os relativos aos discursos do republicanismo atlântico. É pois com toda a naturalidade que a obra de Pocock ganha hoje estatuto de referência, também, no relativo ao próprio debate sobre a teoria da democracia e sobre os modelos de legitimidade constitucional, bem como ao nível da polémica entre comunitarismo e contratualismo, e, por arrasto, ao nível da discussão sobre a reinvenção da política e sobre o correspondente grau de formalismo procedimental. Temas que empurram os estudos de John Pocock para a arena política, onde as suas concepções passam a instruir de modo significativo os argumentos em confronto. Não é, pois, por acaso que se tornou possível dizer, a propósito da obra de Pocock, que ela “possui um impacto equiparável à teoria da justiça de Rawls”. Uma apreciação eloquente que diz bem da dimensão de todo um trajecto historiográfico que, independentemente da finura analítica e da capacidade de produzir as torções metodológicas necessárias, retira, afinal, a sua pujança de um pressuposto de abertura ao debate de ideias que o próprio Pocock, na introdução ao seu livro *The Discovery of Islands* (2005), entendeu por bem resumir: “Não há história que não ofereça múltiplos pontos de vista e não há leitura para a qual não existam alternativas”.

Em suma. Tanto as considerações iniciais sobre o trajecto intelectual do Professor John Greville Agard Pocock, como o elenco da sua produção científica, não deixam dúvidas sobre a centralidade deste historiador no denso tráfego das ciências humanas, sociais e políticas. A sua dimensão de vulto intelectual na esfera do pensamento político do último meio século e o lugar marcante da sua obra não apenas no campo historiográfico mas também no quadro dos debates emergentes na contemporaneidade falam por si. Aspectos mais do que suficientes para justificar a proposta de atribuição do grau de doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra. Acrescem, ainda assim, outros elementos que igualmente abonam a referida proposta.

Um deles é o da feliz coincidência entre, por um lado, o centenário da República que se comemora este ano em Portugal, e, por outro, as principais temáticas investigadas por J. Pocock, nomeadamente as referentes às tradições do pensamento político republicano e ao chamado “republicanismo atlântico”. Uma coincidência que, nesta perspectiva, fazendo da concessão do título de doutor *honoris causa* a John Pocock uma

questão de oportunidade, sedimenta ainda mais a justeza da atribuição e, sobretudo, permite fazer da presente cerimónia um momento relevante, também, das actuais reflexões sobre a República e o ideal republicano em que, a diversos títulos já, a Universidade de Coimbra está empenhada.

Um segundo argumento remete-nos à figura do padrinho do doutorando. Nesta perspectiva, tudo no perfil do Professor Fernando José de Almeida Catroga sinaliza a justeza da atribuição. Pela sua trajetória científica e académica, o Professor Fernando Catroga apresenta um percurso de historiador multifacetado onde, seguramente não por acaso, figuram como marcos temáticos de eleição, também, as questões da teoria da história e do republicanismo. O brilho com que o faz e o lugar referencial por ele ocupado no quadro do pensamento contemporâneo são a melhor fonte de legitimação científica que a Universidade de Coimbra poderia oferecer a John Pocock.

O derradeiro argumento, que, em bom rigor, a força dos anteriores dispensaria, é de cariz mais clássico em justificativos desta natureza, ainda que nem por isso de menor substância. Trata-se da manifesta vantagem que constitui, para uma Universidade, poder contar entre os seus membros com figuras do recorte da que aqui se elogia. Pelo acréscimo de prestígio que daí advém, mas, não menos, pelo sinal que é dado, através da concessão de um título como este, à comunidade em que a instituição universitária se insere. Uma opção que remete, forçosamente, para a personalidade do novo doutor. Deste ponto de vista, a concessão do doutoramento *honoris causa* a John Greville Agard Pocock, Professor *Emeritus* da Johns Hopkins University, American Philosophical Society's Jacques Barzun Prize in Cultural History, 2000; Officer of the Order of New Zealand Merit, 2002; American Historical Association's Award for Scholarly Distinction, 2004, também constituirá uma veemente expressão da vontade da Universidade de Coimbra em acolher um entendimento da pesquisa como compromisso sempre rigoroso e sempre renovado para com os desafios que cada momento histórico coloca.

Magnífico Reitor Cancelário,

Face ao que vem de ser dito, peço para o Senhor Professor John Pocock as insígnias e os privilégios dos doutores de Coimbra; peço o seu ingresso no claustro magno desta nossa Universidade.